

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA CIDADE DE BOM PRINCÍPIO – PIAUÍ: PERCEPÇÕES DE ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

Debora Luiza de Carvalho Azevedo

Graduanda em História pelo PARFOR da
Universidade Federal do Piauí
E-mail: deboraluizabp2013@gmail.com

Jullyane Frazão Santana

Graduanda em História pelo PARFOR da
Universidade Federal do Piauí
E-mail: jullyanefrazao@hotmail.com

Maria Geissiane Aguiar Alves

Graduanda em História pelo PARFOR da
Universidade Federal do Piauí
E-mail: geissyaguiar2a@gmail.com

Maria Jordânia De Sousa Silva

Graduanda em História pelo PARFOR da
Universidade Federal do Piauí
E-mail: jordaniaboavista@hotmail.com

Naide Farias Costa

Graduanda em História pelo PARFOR da
Universidade Federal do Piauí
E-mail: naidefarias@hotmail.com

Pedro Araújo de Barros Neto

Graduando em História pelo PARFOR da
Universidade Federal do Piauí
E-mail: pedroaraujo.neto@live.com

Tatiara Campelo Veras

Graduanda em História pelo PARFOR da
Universidade Federal do Piauí
E-mail: tatiaracampelo09@hotmail.com

Samuel Pires Melo

Orientador, Doutor em Sociologia, Professor do
PARFOR da Universidade Federal do Piauí
E-mail: samuelmelo@ufpi.edu.br

Introdução

Observando que a educação patrimonial visa à preservação dos marcos e manifestações culturais, compartilhando responsabilidades e gerando a permanência de bens culturais, entende-se a importância deste ensaio, que se propõe observar a relação entre identidade, a memória e a coletividade, através da análise das percepções de alunos e dos professores do município de Bom Princípio do Piauí sobre sua localidade, principalmente suas formas significativas com os

sítios arqueológicos, já que a cidade detém desenhos e símbolos que traçam a passagem dos Mercadores Fenícios no local.

O princípio básico da educação patrimonial é a experiência direta dos bens e fenômenos culturais, sua compreensão via processo contínuo de descobertas. Dessa maneira um conceito de Educação Patrimonial muito utilizado pelo IPHAN (1999) assinala que: “[...] é um processo permanente e sistemático centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

Ao relacionamos os aspectos levantados pelo IPHAN para pensar a educação patrimonial, podemos vislumbrar uma efetivação quando os indivíduos de uma sociedade (e/ou grupo) constrói e reproduz a sua identidade por meio de uma forma de apego estável aos seus aspectos do passado, e, principalmente, simbólico e religioso. Isto é, as sociedades são resultados de processos (relacionais com o passado/ presente) de manutenção de identidades culturais (re)afirmadas ao longo do tempo (Santos 1994).

Nesse sentido, ao pensar na questão relacional da identidade com a memória, podemos observar que existe uma interação intrínseca entre a memória individual e a coletiva. Isto porque, segundo Halbwachs (2004), a memória individual é construída necessariamente a partir e no interior de um grupo; portanto, de uma memória coletiva e de uma memória histórica. A memória histórica é entendida como o “passado vivido”, constituído pela sucessão de acontecimentos/momentos marcantes na vida do grupo, da nação, do país, e que possibilita a construção de uma narrativa sobre o passado.

Portanto, ao pensar a Identidade, memória e Patrimônio Cultural, vislumbramos, conforme preconiza o IPHAN (1999), uma reflexão sobre como se dá o processo da autoestima dos indivíduos e comunidades, que é visível no sentimento de pertença local, ou seja, na identidade do povo do lugar.

Ao trazer para escolas do ensino médio, fundamentamos tal necessidade de discussão porque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 estabelece que a parte diversificada dos currículos seja pautada nas características regionais e locais e da mesma forma nos Parâmetros Curriculares Nacionais, pode-se oferecer possibilidades de se enfatizar as questões patrimoniais por intermédio

de temas transversais - Pluralidade Cultural (BRASIL, 1988). Assim, ao discutir a temática, trazendo as bases conceituais e teóricas, destacamos a importância/relevância dos objetivos deste trabalho, pois mais do que dizer que existe uma lei diretriz, é saber como ela pode estar sendo trabalhada pelo agentes sociais.

Metodologia

Esta pesquisa foi realizada sob a perspectiva quali-quantitativa, pois entendemos que estas duas perspectiva não precisam ser vistas de forma separada, mas como complementos que possibilitam uma melhor operacionalização da pesquisa. Sob esta ordem, procuramos aplicar questionários com um professor e 58 alunos do terceiro ano do ensino médio de uma escola do ensino médio de Bom Princípio. Esse município está localizado no norte do estado do Piauí, Sua população estimada em 2010 era de 5.304 habitantes. E possui uma área de 864,21 km². Com IDH 0,552 (PNUD, 2000).

Os questionários foram constituídos de perguntas abertas e fechadas relacionadas aos temas identidade, memória e patrimônio cultural. Eles foram aplicados em abril de 2016. Durante aplicação, observamos que os alunos demonstraram muito interesse pelo conteúdo, porém com muitas dúvidas em relação as questões. Utilizou-se também da observação direta através do registro de imagens e no diário de campo. Todos os dados levantados foram analisados sob a inspiração da análise de conteúdo de Bardin (2009).

Resultados e Discussão

Ao apresentar os resultados da pesquisa que procura observar as percepções de alunos e professora sobre patrimônio cultural no município de Bom Princípio-PI, observamos uma particularidade no horário de aula dos alunos, pois a maioria (62,7%) dos entrevistados estudam à noite. Isso nos leva a indagar sobre o porquê do horário noturno. Segundo Rodrigues (1995), há uma relação entre ser trabalhador e estudante, demonstrando assim serem frequentadores dos cursos noturnos. Embora experimentem diariamente uma divisão social, pois durante o dia ele

executa, efetua, realiza e à noite, na escola, ele deve pensar, refletir, calcular e planejar.

Nessa perspectiva, Rodrigues (1995) nos dá mais pistas para pensar esses alunos como participantes de uma dupla condição, de trabalhador manual (na maioria das vezes) para a condição de intelectual. Diferente da maioria dos alunos que frequentam a escola em cursos diurnos. Salientamos, por outro lado, a questão se há um ensino defasado em relação ao oferecido nos cursos diurnos? O que estaria relacionado, como lembra Navarro (2005), de que o resgate da história do ensino noturno no Brasil aponta um espaço que não leva em conta a condição de seu estudante?

Ainda sobre o ensino noturno, vale destacar que 22% dos entrevistados fazem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). E desses, 61,5% são jovens com até 24 anos. Di Pierro (2005) levanta como causas desse fenômeno, ou perfil juvenil na educação escolar de jovens e adultos a exigência de certificação escolar para o trabalho, a elevada defasagem na relação idade/série e a redução da idade mínima permitida pela LDBEN (Lei 9.394/96). Salientamos ainda que a maioria (84,7%) dos entrevistados tem até 24 anos, são do sexo feminino (64,4%) e moram na zona rural (79,7%).

Quando mensuramos as percepções de alunos e professora sobre a memória identitária do município, eles citam os pontos religiosos (27,1%) ou dizem não saber (25,4%) que existem. Nesse último aspecto, a percepção da professora não está incluída. Por outro lado, a maioria (69,5%) diz que o patrimônio cultural está ligado à memória coletiva e 52,5% diz existir no seu município, mas que precisa ser estudado para ser conservado na memória coletiva (o que afirma 71,2% dos entrevistados, inclusive a professora). Há de salientar ainda que a maioria (78%) dos pesquisados não sabem sobre a existência de sítios arqueológicos no município, muito menos é discutido na escola que estudam (76,3%, exceto a professora).

Considerações Finais

A partir desta pesquisa, observou-se que um emaranhado de traços identitários se sobrepõem à uma percepção primeira de memória e identidade do Patrimônio Cultural do município de Bom Princípio-PI. A memória coletiva é

atualizada por traços ligados ao patrimônio religioso, familiar e da natureza. No entanto, neste último traço, está relacionado às simbioses da vegetação, terra, sem necessariamente se remeter aos sítios arqueológicos evidenciados na região, em área considerada privada.

Portanto, as percepções dos alunos entrevistados estão embebidas por um contexto ligado aos aspectos traçados pela cultura da oralidade, característica de uma parte da cultura rural brasileira, com narrativas de acontecimentos marcantes, de coisas vividas, que legitimam, reforçam e reproduzem a identidade do grupo.

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996, Seção I, p. 27833- 27841.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial, out. 2005.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HORTA, M. de L. P. **Guia básico de educação patrimonial**. IPHAN/MINC. Museu Imperial, 1999.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do Brasil". Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2000.

NAVARRO, Karina da Motta. **O significado da escola para o jovem estudante do Ensino médio noturno**. Niterói, RJ: UFF, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

RODRIGUES, E. M. Ensino noturno de 2.º grau: o fracasso da escola ou a escola do fracasso. **Educação e Realidade**, v. 20, n.º 1, jan/jun, 1995.

SANTOS, B. de S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social**. Rev. Social. USP, 5 (1-2): 31-52, 1994.